



Teléfoto: Alencar Monteiro

Luiz Henrique (centro): apoio a Fernando Henrique.

SOBERANIA

Como os constituintes querem manter seu poder

O líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, defendeu ontem a posição do Grupo Pró-Soberania a favor do "projeto de decisão" criado por Fernando Henrique Cardoso e que permite à Constituinte suspender a vigência de qualquer norma legal que possa ferir a soberania da Assembléia. Luiz Henrique argumentou que a decisão é resultado de uma solução negociada entre ele próprio, o líder no Senado, Fernando Henrique, e o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna.

A expectativa de Luiz Henrique é de que a proposta seja aprovada pelo plenário até o final da tarde de hoje, pois tem a preferência da maioria do partido. Em relação aos pequenos partidos, Luiz Henrique manifestou otimismo quanto à aceitação do quórum de 35 constituintes para que se possa efetivar pedidos de urgência, destaques e verificação de quórum. "Isso está bem conciliado", disse. E frisou que o Planalto não está interferindo nas negociações em torno do regimento: garantiu não ter recebido um único telefonema, nem do presidente, nem de ministros.

Mesmo assim, o líder Sant'Anna não considera que o acordo esteja praticamente fechado em favor da soberania da Assembléia, argumentando que o líder do PFL, deputado José Lourenço, está tentando um outro acordo que permita uma emenda aditiva ao regimento com o objetivo de definir o que vem a ser "matéria de relevância".

Em princípio, o líder Fernando Henrique Cardoso considera a emenda desnecessária, enquanto Sant'Anna entende que, se facilitar a votação do Regimento, deve ser levada adiante. Alguns deputados do PMDB, entretanto, encaram a tentativa de Lourenço como manobra para evitar que a Assembléia decida em favor da sua soberania.

Alteração

Parlamentares xiitas e líderes dos moderados do PMDB não acreditam na aprovação da emenda do PFL, alterando a definição de "projeto de decisão", com o objetivo de evitar quaisquer medidas capazes de alterar a atual Carta. Se depender de boa parte da bancada de PMDB, com o apoio do PCB, PT, PDT, PC do B e PSD, deverá prevalecer a proposta da liderança do PDC, apresentada pelo vice-líder José Maria Eymael. "Nós apoiamos os partidos ideológicos nessa questão da soberania da Constituinte" — esclareceu o líder Siqueira Campos.

A emenda Eymael diz que projetos de decisões destinam-se a regular matéria de relevância para a Constituinte, não compreendida nas demais proposições, necessitando ter o apoio de um terço (180) dos constituintes. Serão submetidos a parecer prévio da Comissão

de Sistematização no prazo de cinco dias, cabendo ao plenário, em dois turnos de discussão e votação, a decisão final. A emenda do PDC retira a competência da Comissão de Sistematização de arquivar projeto de decisão se receber parecer contrário.

Ontem, no fundo do plenário, os deputados constituintes Antônio Britto (PMDB-RS) e José Maria Eymael (PDC-SP) discutiram a proposta do PFL — que teria o apoio de Carlos Sant'Anna de alterar a redação do artigo 58, parágrafo 7º do substitutivo Fernando Henrique Cardoso, que define as atribuições do projeto de decisão. Com a concordância de vice-líder do PDC, Antônio Britto condenou a sugestão do PFL.

A emenda do PFL, assinada pelos líderes Carlos Chiarelli e José Lourenço, afirma que projeto de decisão destina-se a salvaguardar a Constituinte diante de um fato grave, notório, concreto, que possa impedir seu funcionamento. Para os xiitas, "parece emenda preparada na Casa Civil da Presidência da República".

Britto e Eymael apontaram a incoerência do PFL: as lideranças apresentaram duas emendas — a primeira, suprimindo todo o dispositivo do Regimento Interno que trata do projeto de decisão e, outra, alterando sua redação. "O PFL sabe que a supressão não teria acolhida e, por isso, está tentando enfraquecer seu texto" — observou Antonio Britto, com o apoio de Eymael.

O secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz, afirmou ontem que seu partido está "fechado" contra a aprovação do parágrafo 7º do artigo 57 do anteprojeto de Regimento Interno, que permite aos constituintes regular matéria considerada de relevância para a Assembléia.

Ele negou qualquer interferência do Palácio do Planalto nessa posição, mas o artigo permitiria, por exemplo, à Constituinte mexer no mandato do presidente Sarney, reduzindo o seu período, como pretende parcela do PMDB e os partidos de oposição. Saulo Queiroz informou que o PFL tem duas estratégias para a votação: ou vota contra esse parágrafo ou retira sua bancada do plenário, para negar quórum à sua aprovação. A decisão final vai depender do encaminhamento da questão em plenário.

No PMDB, a expectativa é de que a matéria será aprovada com o apoio dos demais partidos, mas alguns temiam, no final da tarde, uma ofensiva do Palácio do Planalto para impedir a sua aprovação. O PMDB não fechou com os demais partidos na reunião dos líderes, realizada no início da tarde, no gabinete do deputado Ulysses Guimarães, mas também não antecipou se acompanharia o PFL na votação.